

CIDADES CAPITAIS DO SÉCULO XIX

Heliana Angotti Salgueiro (org.)



edusp

HELIANA ANGOTTI SALGUEIRO

O PENSAMENTO FRANCÊS NA FUNDAÇÃO DE BELO HORIZONTE: DAS REPRESENTAÇÕES ÀS PRÁTICAS ¹

“A cada ano, criam-se novas cidades. A maioria dos pequenos soberanos da Alemanha mandaram construir algumas; neste momento mesmo, estão em construção uma pequena capital na Finlândia e uma grande nos Estados Unidos. Fala-se em construir uma no Brasil”, escrevia Charles Fourier, por volta de 1840². Se a nova capital brasileira só tomará forma no fim dos anos de 1950, a idéia de sua construção *ex-nihilo* e a de uma intervenção urbana mais ou menos radical aparecem em periódicos e em numerosos projetos de caráter às vezes utópi-

1. Esse artigo parte de outro, originalmente publicado em francês na *Revue de l'Art*, n. 106, 1994, em que retomo e amplio algumas reflexões feitas no âmbito de minha tese de Doutorado, *Belo Horizonte: Histoire d'une capitale au XIX^e siècle. Représentations urbaines et architecturales françaises au Brésil – une étude de cas*. 3 vols., Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992, publicada sob o título *La Casaque d'Arlequin. Belo Horizonte, une capitale éclectique au XIX^e siècle*, Paris, Ed. EHESS, 1997. O recorte aqui desenvolvido privilegia a relação com as representações que compõem a gênese do haussmannismo, sobre o qual publiquei um artigo específico: “Revisando Haussmann, ou os limites da comparação”. *Revista USP*, n. 26, 1995, pp. 195-205.
2. Charles FOURIER. “Des modifications à introduire dans l'architecture des villes”. *Obras Completas...*, t. XII, Paris, Ed. Anthropos, 1976, p. 696.

co, como os dos engenheiros e médicos reformadores, atuantes no Rio de Janeiro, a partir de meados do século XIX.³ Impulsionados pelo mito do progresso que atravessa a época, eles partilham – ainda que retoricamente – o desejo universal de modernizar as cidades. Representações mentais de longa duração, como as de “regeneração” ou de recomeço, coexistem com a tomada de consciência, própria do tempo, de que era preciso romper com o passado, fazer transformações como as que ocorriam por toda parte, adotar medidas modernas de urbanismo, próximas daquelas dos países do “mundo civilizado”.

No movimento de idéias correntes nos meios das elites brasileiras, destaca-se o federalismo republicano, que se cristaliza por volta de 1890, permitindo aos novos estados mudarem de capital. Políticos provinciais então solicitam a um grupo de engenheiros progressistas da Escola Politécnica do Rio de Janeiro que construam uma cidade plane-

3. Merece destaque o “Memorial Orgânico à Nação” de Manoel de Araújo Porto-Alegre, na revista *Guandubara*. Porto-Alegre questiona a “capital do Brasil”, levantando críticas à localização do Rio de Janeiro e lançando mão de exemplos de mudanças de capitais na História, entre os quais o de “Felipe II, que governou a Espanha da Castela, Pedro o Grande e Washington”, sugerindo então: “A Castela do Brasil está no centro de Minas: os ativos habitantes desta importante província infiltram-se desde o coração do Império em que habitam, até às suas últimas extremidades [...] é a única província que, espontaneamente, presta-se a satisfazer a nossa maior necessidade, a de colonizar. Uma convicção íntima, indefinida e inexplicável nos diz que dessas paragens cujas minas serviram a atrair colonos ao Brasil, como hoje os atraem as da Califórnia, Brasil, tem de partir a nossa regeneração social[...]”. As razões da sugestão de Porto-Alegre vão da vulnerabilidade do Rio, enquanto cidade portuária, *l'émoué* clássico, à questão da união do Império, sob um novo “núcleo civilizador”. Afirma ainda: “E se não temos fé, nem coragem, nem força, para edificarmos no sertão uma nova capital, como nossos antepassados, os Portugueses, tiveram para construir Bahias, Pernambuco e Rios de Janeiro no litoral, conseqüemos ao menos uma vez ao sertão, a S. João d’El-Rei, a assembleia geral da nação”. Essa sugestão é também caucionada por exemplos históricos, conforme a retórica da época. Cf. *Guandubara*, Rio de Janeiro, 1850, pp. 426-427.

jada: a nova capital do estado de Minas Gerais. Esse projeto inscreve-se, ao mesmo tempo, no discurso clássico sobre valores racionais e representativos das cidades capitais – técnicos, topográficos, econômicos e simbólicos – e na história dos primeiros debates sobre a planificação urbana no Brasil. Estudando a história das cidades, somos levados a articular as dimensões locais, nacionais e internacionais para apreender as situações particulares em torno de um certo número de questões gerais. Assim, a construção de Belo Horizonte, acontecimento aparentemente circunscrito, revela-se exemplar, não somente para mostrar como se afirma a relação entre urbanismo e arquitetura no final do século XIX no Brasil, mas sobretudo, para refletirmos sobre a transferência das categorias de pensamento e de modelos formais franceses que alimentam a geração de seus conceitores⁴.

As relações culturais França-Brasil mantidas ao longo do século XIX estreitam-se nesse evento-chave. Isso porque o engenheiro Araújo Reis, que organiza os estudos preliminares e traça o plano da cidade, alicerça seus conhecimentos nas Luzes – passando pelo pensamento sansimonista e pelo positivismo, ambos cultivados na Escola Politécnica do Rio⁵; e também porque José de Magalhães, que será o autor dos

4. Para o emprego da noção de geração inserida na história intelectual, ver J.-F. SIRINELLI, “Effets d’âge et phénomènes de génération dans le milieu intellectuel français”, *Cahiers de l’Institut d’Histoire du Temps Présent*, n. 6, nov. 1987, e do mesmo autor, “Le hasard ou la nécessité. Une histoire en chantier: l’histoire des intellectuels”, *Scielo* XX, n. 9, 1986; e, ainda, R. GIRASOLET, “Des concepts de génération à la notion de contemporanéité”, *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, abr.-jun. 1983. Um estudo detalhado dos modelos convocados pelas gerações anteriores à da fundação de Belo Horizonte foge dos limites deste ensaio, porém eu não poderia deixar de lembrar, mais uma vez, a importância do pensamento de Araújo Porto-Alegre, que levanta a questão do “local mais conveniente para fixar a sede do governo imperial”, refere-se novamente a Minas e cita, ao tratar das condições naturais ideais dos sítios, o *Comar de Humboldt*, *L’Esprit des lois*, de Montesquieu, e *De la formation des villes*, de Jean-Baptiste Say. Cf. *op. cit.*, pp. 367-369.

5. Araújo Reis diplomou-se em 1873 em Ciências Físicas e Matemáticas e, em 1874, em Engenharia Civil. Em toda sua vida, dividiu-se entre atividades didáticas e funções

projetos de arquitetura oficial, foi um dos raros brasileiros que freqüentaram a Escola de Belas Artes de Paris⁶ – instituição de cujos modelos e métodos de composição ele se apropriou, adaptando-os à realidade dos canteiros de obras do país. Situar a história de Belo Horizonte no campo da cultura profissional daqueles que dela participaram implica, pois, uma abordagem biográfica⁷ – e uma análise de tipo comparativo, in-

administrativas no setor de obras públicas, seguindo uma trajetória semelhante à dos engenheiros sansimonistas na França. Suas publicações cobrem campos técnicos e científicos os mais variados, além dos da instrução pública e da economia política. Suas escolhas de leituras, traduções (Condorcet, Littré, Laboulaye...) e ensaios inserem-se na retórica do “progresso” e da “civilização” que caracterizava o século XIX. As idéias fourieristas são pouco claras em seus textos, mas sabe-se que presidiu, durante um certo tempo, uma comunidade-modelo, ligada a uma pequena indústria de filtros no estado do Rio de Janeiro. Ver, de minha autoria, *Engenheiro Artista Rui: O Progresso como Missão*, op. cit., Belo Horizonte, Coleção Centenário, Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro/CREA-MG, 1997.

6. José de Magalhães diplomou-se também em Ciências Físicas e Matemáticas, tendo obtido o título de engenheiro geógrafo em 1874, na Escola Central do Rio (denominada a partir de então Escola Politécnica). Em Paris, em que viveu de 1876 até o início do decênio de 1880, inscreveu-se primeiro na École Nationale et Spéciale de Desin et de Mathématiques; frequentou depois o atelier do arquiteto Honoré Daumet, sendo admitido em 1878 em *second classe* na École des Beaux-Arts. De volta ao Rio terá um papel de destaque na arquitetura “progressista” que se instala ao longo dos anos de 1880, conforme observará mais tarde Araújo Vianna em “A Arquitetura e a Arte Ornamental. Phases do seu Desenvolvimento no Brasil”, vol. 38, Rio de Janeiro, B. N., 1914.

7. “Não se trata certamente de reduzir a história da cidade à história das idéias sobre a cidade, nem de atribuir todo o poder inovador a essas idéias. Mas as representações não são passivas, elas são veiculadas por grupos precisos, definidos por uma formação, uma competência, um modo de intervenção sobre a sociedade”. Cf. M. RONCINOLO, “Preludio all’Hausmanizzazione. Capitale et Pensiero Urbano in Francia circa il 1840”. In: *Le Città Capitali*, Roma, Ed. Laterza, 1985, p. 147. A referência à “biografia científica” (ou “intelectual”) responde ao método de M. Roncino em seus seminários da EHESS sobre a história social do urbanismo no século XIX. Mas a tendência é geral nos enfoques dos historiadores da École des Hautes Études. Ver ainda Jacques Le Goff, prefácio da *Neuville Histoire*, 2ª ed., Paris, Complexe, 1988; Roger Chartier, “Histoire intellectuelle et histoire des mentalités. Trajectoires

scrita necessariamente numa “correlação de séries” culturais⁸. Objeto e método definem-se mutuamente em função do período estudado, marcado pela circulação cosmopolita das representações.

O século XIX, que passou a despertar interesse crescente nos últimos decênios, revela-se ideal para ser pesquisado pela diversidade das temáticas que oferece, permitindo enfoques múltiplos e interdisciplinares que levem em conta a interação dos campos do conhecimento, as “novas alianças” e/ou a queda de barreiras entre as disciplinas e a extrapolação dos horizontes nacionais⁹. A importância do fenômeno urbano hoje não pode deixar indiferente o pesquisador da história da arte, se este considerar a arquitetura como um fato cultural ligado a ele¹⁰.

et questions”. *Revue de Synthèse*, n. 111-112, 1983 (republicado em *Sur bord de la falaise, Histoire entre certitudes et inquiétudes*, Paris, Albin Michel, 1998), e Giovanni Levi, “Les usages de la biographie”, *Annali*, ano 44, n. 6, 1989.

8. Meu método de análise da obra de José de Magalhães, fundamentado na correlação de sua formação oficial e da experiência vivida por ele no cotidiano de sua época, parte da decomposição dos princípios ensinados na École des Beaux-Arts, isto é, do confronto de seus projetos com extratos dos enunciados dos concursos de “segunda classe” dessa escola e das referências de leitura de sua geração (particularmente o *Traité d’Architecture* de Leonce Reynaud), bem como dos acontecimentos arquiteturas ocorridos durante sua estada em Paris (como a Exposição Universal de 1878). E, finalmente, levando em conta em cada nível da análise as relações da obra do arquiteto com as condições de possibilidades de construção no Brasil. Essa leitura quebra a generalidade das análises descritivas tradicionalis e reinterpretas, de certo modo, no campo da história da arquitetura, as idéias de J. TRIVANOV, “De l’évolution littéraire”, campo da história da arquitetura, as idéias de J. TRIVANOV, “De l’évolution littéraire”, In: *Theorie de la littérature* (textos dos formalistas russos reunidos, apresentados e traduzidos por Tzvetan Todorov), Paris, Seuil, 1965. Esses textos são clássicos para enfoques analíticos de séries culturais no processo das transferências de modelos, formas de apropriação e de transformação.

9. Meu trabalho parte de uma história da arte aberta aos cruzamentos dos saberes urbanos e das práticas da arquitetura: apresentando-se como uma das respostas possíveis à questão lançada em 1988 na revista *Annali* – como praticar a interdisciplinaridade (diálogo aos historiadores da arte, entre outros, e respondendo, ao mesmo tempo, ao convite para o diálogo feito pela mesma revista, porta-voz da EHESS, aos historiadores estrangeiros). Cf. Bernard LERITZ, “Editorial”, *Annali ESC*, n. 2, mar.-abr. 1988. 10. A título de exemplo, ver a trajetória intelectual que François Bouillon e Monique Meser attribuíram a André CHASTEL, “De l’Architecture”, In: *Revue de l’Art*, n. 93, 1991.

No âmbito da história das representações fundadoras de uma cidade nova, como Belo Horizonte, o procedimento metodológico escolhido foi o de partir dos atores sociais envolvidos no projeto (especialmente o engenheiro, o arquiteto e os mestres-de-obras), levantando questões numa grade de leitura em que “relações de gerações, tradições institucionais e hábitos profissionais” seriam indissociáveis das possibilidades práticas de realização¹¹. Essa *démarche* articula-se na globalidade de um projeto unitário para uma cidade capital – projeto urbano, mas também de arquitetura – que se torna mais significativo ao ser inscrito nas premissas de análise de uma história sociocultural que não pode ser definida isoladamente.

Limitar-nos-emos neste ensaio a relacionar alguns aspectos do pensamento do engenheiro Araújo Reis com as referências francesas sustentadas ou evocadas por ele, especialmente em dois documentos fundadores de Belo Horizonte: o “Relatório de estudo das localidades indicadas para a escolha da capital” (o qual chamaremos de *relatório*) e a *planta* da cidade. As representações que emergem do texto do primeiro e da imagem da segunda colocam em cena alguns dos temas fundamentais sobre a reflexão urbano-territorial no século XIX, bem como as modalidades de apropriação dos modelos de racionalidade do outro lado do Atlântico, em época de afirmação de cosmopolitismo. Veremos que as transferências de modelos supõem sempre transformações, amálgamas contraditórios, reempregos fragmentados. O estudo de um certo número de noções presentes na pesquisa sobre as localidades e na planta de Belo Horizonte revela semelhanças, porém, não sincrônicas, face às memórias descritivas regionais francesas. Devemos nos ater a essas no-

Mencionem-se ainda algumas linhas da historiografia italiana, fundadora nessa abordagem desde o decênio de 1960, representada por Saverio Muratori, Carlo Aymonino, Aldo Rossi e, depois, por Manfredo Tafuri, junto à escola de Veneza. 11. Para as expressões, cf. Roger CHARTRIER, “Le monde comme une représentation – Redéfinition de l’histoire culturelle”. *Annali ESC*, ano 44, n. 6, 1989, p. 1511.

ções para entender as diferenças no *espaço-tempo* próprias à historicidade das situações e à trajetória de vida de seus atores.

O RELATÓRIO EM VISTA DE UMA “CIDADE RACIONAL” E SUAS BASES SANSIMONISTAS

[...]por que érite de estudos preparatórios, por quantas observações e comparações multiplicadas convém passar, antes de ousar formar uma opinião e tirar uma conclusão.

Sainte-Beuve

A ausência, no Brasil do século XIX, de um discurso sistemático sobre o território e a cidade não significa que as questões do debate internacional deixassem de estar presentes. Nossas pesquisas sobre textos jornalísticos, aparentemente anódinos, de redatores pouco conhecidos ou sobre críticas circunstanciais de engenheiros que participavam da administração urbana em germe, permitem estabelecer relações com as referências estrangeiras, notadamente francesas, que haviam passado despercebidas. Assim, a interpretação constrói-se tanto a partir de grandes textos de rétróicos da época, como os tratados de arquitetura, quanto de textos de projetos urbanos esquecidos, relatos oficiais, ou mesmo revistas, manuais e enciclopédias “para o povo”, ora em circulação. Os projetos de melhoria ou mesmo de “reconstrução alhures”, sugeridos para o Rio de Janeiro no fim do século, suscitam, por exemplo, discussões que estão bem próximas das idéias do sansimonista Jean Reynaud sobre a mudança, a instabilidade ou a “variação das capitais”¹². Da mes-

12. J. REYNAUD, “Villes”. In: *Encyclopédie Nouvelle ou Dictionnaire philosophique, scientifique, littéraire et industriel offrant le tableau des connaissances humaines au XIX^e siècle*, Paris, 1. VIII, pp. 670-687. Sobre Jean Reynaud, ver E. CHEYRON, *Jean Reynaud (1806-1863)*, extrato do *Liure du Centenaire de l’École Polytechnique*, 1. III, Paris, Imp. Gauthier-Villars et fils, 1896; D. A. GARFITHS, *Jean Reynaud: encyclopédiste de l’époque romantique et après sa correspondance inédite*, Paris, 1965; Marie-Chaire ROSE, “Cent

na forma, os temas em debate – salubridade, centralização geográfica e econômica, necessidade de uma rede de circulação – são invocados inúmeras vezes pela geração dos que conceberam Belo Horizonte e que conheciam Reynaud e os textos de Michel Chevalier difundidos nos meios da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Os engenheiros brasileiros faziam também referência às obras de Hausmann e a outras experiências urbanísticas, como a de Chicago, à fundação de novas capitais do passado, como Washington, São Petersburgo e, mais próxima deles, La Plata, modelo que será privilegiado, em parte, para a planta de Belo Horizonte¹³.

Nosso ponto de partida será o *relatório* sobre as localidades propostas para a escolha da capital de Minas¹⁴, analisado à luz das concepções francesas de Economia Política e dos utopistas seguidores de Saint Simon, especialmente a partir do artigo “Villes” de Jean Reynaud¹⁵. É interessante observar como Reis e os engenheiros e médicos dos quais se cercou apropriam-se dos fundamentos preliminares para a construção das cidades preconizados por Reynaud mais de quarenta anos antes. Os pontos comuns não impedem que a apropriação seja parcial e que a ela sejam associadas medidas indispensáveis às cidades modernas. Tais discontinuidades em dois textos diferentes, com finalidade e pú-

ans avant Chrissaller... une théorie des lieux centraux”. *L'Épave Géographique*, n. 1, tomo XI, 1982; David Van ZANTEN, *Designing Paris, The Architecture of Dubau, Labrousse, Dur and Vandoyen*, Massachusetts Institute of Technology, 1987, pp. 45-46 e 57-58; Bernard LEHERIT, “Retour aux représentations”. In: *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, Paris, Albin Michel, 1988.

13. A esse respeito, ver meu texto “Le plan de la ville nouvelle – sources, comparaisons, changements”. *La Gazette d'Aléquin*, *op. cit.*, cuja versão inicial foi apresentada no âmbito de uma jornada organizada por Giovanna Rosso Del Brenna sobre *Modelos Urbanos Europeus na América Latina*, no Politécnico de Milão, em 1988.

14. O relatório sobre as cinco localidades constitui um volume de mais de 300 páginas: *Comissão d'Estudo das localidades indicadas para a nova capital...*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893.

15. *Op. cit.*, nota 12. Esse texto de Jean Reynaud vem sendo objeto de constantes análises desde sua descoberta no começo dos anos de 1980 por Marie-Claire Robic. Ver sua

blico diversos e com defasagem temporal, não invalidam a comparação, cujos limites são considerados ao longo da análise.

O projeto de mudança da capital de Minas Gerais, cujos antecedentes remontam ao final do século XVIII, prolongando-se, esporadicamente, ao longo do XIX, começa a se concretizar em 1893, a partir desse *relatório*, documento praticamente único no Brasil, com referência à cidade e ao território. A comparação sistemática (e minuciosa) estabelecida sobre as desigualdades entre as localidades é excepcional, num país em que, no final do século XIX, não se contava ainda com memórias descritivas, tão comuns na França das Luzes¹⁶. Apesar de seu aspecto oficial, o *relatório* apresenta-se, pois, como um dos textos fundadores do conhecimento regional, pela quantidade de mapas, estatísticas, gráficos – manifestações exemplares de um saber científico ou técnico, como se dizia. Mas é sobretudo nas representações “ecológicas” de cada uma das cidades concorrentes que o parentesco com Reynaud pode ser reconhecido.

A CIDADE ENTRE O BELO E O ÚTIL

Numa época em que a noção do *belo* caminha lado a lado com a noção do *útil*, a leitura dos lugares – cidade e território – associa utopia e cientificismo em torno de uma questão central, portadora de um sentido bem amplo, o *sítio*. As considerações topográficas referem-se, primeiramente, à localização – tema encontrado em todas as propostas de mudança da capital de Minas, ao longo do século XIX. Nas diversas representações negativas da cidade antiga, como a representa-

biografia em *Deux siècles de Géographie Française. Choix de Textes*, Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1984, pp. 34-35.

16. A “descoberta das desigualdades geográficas” data dos primórdios da Revolução e do Império. Cf. *L'Épave Française* (Histoire de la France), dir. de A. BURSCHEE e J. REVEL, vol. I, Paris, Seuil, 1989, pp. 539-540. Sobre Minas Gerais, as narrativas dos viajantes estrangeiros e os relatos dos presidentes da província, apesar de sua importância, não

ção fourierista de uma “cidade anárquica [...] de ruas estreitas, casas amontoadas sem aeração nem clareza suficiente, completamente dis-paratada, sem nenhuma ordem”, enquadra-se a imagem que se dá de Ouro Preto, a velha capital de Minas, “escondida entre as montanhas, sem espaço, sem horizonte, sem ar nem luz [...]”¹⁷. A referência às “conveniências do belo” de uma cidade, aliás, remete sucessivamente, de forma implícita, a temas relacionados à salubridade, à higiene, ou seja, “às circunstâncias gerais da geografia” (como escreveu Reynaud), à centralidade e às vias de comunicação (temas próprios da Economia Política do século XIX), ou ainda às “dádivas da natureza” (fecundidade agrícola e recursos de materiais do meio ambiente próximo).

Examinemos esses temas um a um. Seguindo os preceitos de Jean Reynaud, o *relatório* coordenado por Araújo Reis demonstra igualmente o quanto o conhecimento do meio físico era importante para os engenheiros, cuja multiplicidade de saberes permitiu elaborar também uma “leitura científica da paisagem”, próxima daquela feita na França um século antes¹⁸. As condições naturais de salubridade – a existência de água potável, a drenagem e o declive dos solos permitindo o escoamento das águas pluviais, assim como as condições climáticas e meteorológicas – são preocupações clássicas (com exceção do sistema de esgotos, que é uma preocupação moderna), embora analisadas por processos modernos: quadros estatísticos minuciosos, exames químicos de amostras das águas, dos solos e das “poetrias atmosféricas” recolhidas de cada região; registre-se também a classificação dos materiais apropriados para a construção.

chegam a constituir um *corpus* que evidencie uma consciência e uma apreciação das

17. Cf. C. FOURIER, *Oeuvres complètes, op. cit.*, t. IV, p. 209; e *Revue Générale des Travaux de*

Comité de Construction, Rio de Janeiro, 1895, p. 11.

18. Expreção de M. RONCIVOLA, “Le paysage du savant”. *Les lieux de mémoire*. La Nation III, dir. Pierre Nora, Paris, Gallimard, 1986.

O fato de se ligarem os dados físicos aos humanos, destacando o aspecto das populações das cinco localidades, demonstra uma preocupação característica das *enquêtes* de meados do século XVIII, na França: a de “compreender uma situação enraizada em um meio”¹⁹, tema que reaparece sob os mesmos termos no relatório mineiro. Essa “ecologia local” foi analisada por Claude Nicollet como sendo, em todos os países, ao longo do século XIX, “uma obrigação moral do regime político”²⁰. A ligação orgânica que se quer estabelecer, então, entre ciência e política obcecava também, no Brasil, os médicos e os engenheiros e era objeto de inúmeros projetos discutidos na imprensa do Rio.

Sancionamento e embelezamento são evocados juntos no discurso racionalista sobre as cidades capitais. No *relatório* da escolha da localidade para a capital de Minas, ressaltam-se, como prioridade, “as melhorias de higiene e de conforto da vida urbana, trazidas pela ciência e pela indústria modernas”; é assim que as condições do sítio para a instalação dos esgotos, os recursos naturais para a iluminação elétrica e a distribuição dos equipamentos no espaço urbano são analisados por meio dos escritos dos higienistas franceses que estarão também, mais tarde, na base dos regulamentos de edilidade da cidade nova²¹.

No discurso sobre o *thril* ou sobre a racionalidade técnica a ser aplicada, que leva em conta as relações da futura cidade com as condições topográficas, emergem outras preocupações funcionalistas concretas: é o caso da rede viária e do sistema de transportes. Jean Reynaud havia escrito que o solo deveria ser “razoavelmente horizontal [para] a comodidade da circulação, sobretudo em relação aos cavalos e aos ve-

19. Cf. B. LEBERT, “Voyages en France”. In: *Compter le paysage (Constructions et crises de l'empire, 1789-1922)*, dir. Odile Mascré, Paris, Ed. Champ Vallon, 1989, p. 118.

20. C. NICOLET, *L'écologie républicaine en France*, Paris, Gallimard, 1982, p. 310.

21. São citados, entre outros, Jean-Baptiste Fonsagrives, Jules Arnould, Michal Lévy, Durand-Clayre, E. Belgrand, P. Pignat e as proposições da Comissão de Saneamento de Paris de 1880, o que demonstra o bom conhecimento da literatura técnica francesa sobre a cidade.

culos [...] Algumas pequenas eminências não incomodam a circulação desde que se tracem as ruas tendo em vista uma inclinação pouco sensível”²². No mesmo sentido, temos no *relatório* que “uma leve inclinação deveria ser propícia à circulação dos veículos e favorável ao tráfego de bondes elétricos”, previsão bastante moderna que foge dos debates tradicionais sobre a composição urbana. Mas a atenção dispensada ao relevo ultrapassa muito o sentido funcional, remendendos, por exemplo, às descrições da beleza do sítio de cada cidade concorrente. Observa-se que a topografia de Minas não apresenta nenhum local plano para a nova capital; as planícies montanhosas de 800 a 1.200 m de altitude dominam a paisagem, com apenas alguns vales sem acidentes de terreno. Ora, se retomarmos o texto de Reynaud, veremos que ele não condena as colinas, mas sugere que sejam utilizadas para valorizarem a arquitetura. Esse autor emite belas frases sobre a “visibilidade” da cidade, espetáculo para ser visto de longe, de fora dela: “se uma cidade quiser se anunciar àquelas que nela chegam, surpreendendo-os pelo charme e esplendor de suas construções, precisará, pois, de alguns relevos que a realcem e sobre os quais ela possa erguer as obras de arquitetura das quais se orgulhe”. As cidades “que não podem deixar de ser saudadas com um olhar”, que podem ser “abarcadas num só olhar” são aquelas em “que as eminências se apresentam como uma condição fundamental de beleza”²³. Jean Reynaud, aliás, não é o único a considerar os sítios ondulados como ideais para a construção das cidades: Charles Fourier referia-se às vantagens oferecidas pela “vista de uma bela linha de colinas ou de montanhas”, preferível às “regiões planas [...] que não suscitam formas”²⁴. O estudo da localização conveniente dos edifícios, a disposição obedecendo ao ser-

22. “Villes”, *op. cit.*, p. 678.

23. *Ibidem*.

24. Segundo Simone Debour, “La ville de transition”. In: *L'utopie de Charles Fourier, l'illusion réelle*. Paris, Centre Bibliothèque, Payot, 1978, p. 266.

tido de *utilidade e de beleza*, preconizados tanto por Reynaud quanto por Fourier, serão assim retomados por Reis, nos textos que se referem ao sítio, ao traçado e às edificações da nova capital.

Segundo esse raciocínio que vai do *belo ao útil* (e vice-versa), fica claro que os defeitos que impedem a manutenção de Ouro Preto como capital não se referem só a sua topografia — palavra que se reveste de outras formas além das visuais, ultrapassando o quadro paisagístico. Podemos perceber, no *relatório* para a escolha da capital, duas idéias motoras vindas dos textos dos engenheiros franceses: as de *rede e de centralidade*, que, por sua vez, articulam *cidade e território*. Com efeito, Ouro Preto não corresponde à reflexão sansimonista, fundamentada sobre a metáfora da “gravitação” que domina os discursos da Assembléia Provincial nas propostas de mudança da capital ao longo do século XIX. Como a maioria das aglomerações da época da mineração, os arraiais que deram origem a Ouro Preto situavam-se, por medida de segurança, em fim de caminho, e não nos cruzamentos, não podendo, por consequência, responder às exigências de irradiação e de acesso fácil que o século seguinte preconizava.

A reflexão sobre a idéia da cidade como agente de polarização de uma região, organizando o sistema de trocas — a cidade capital como “nó” de comunicação — é um dos princípios da economia política francesa que se generaliza, aparecendo aqui e acolá na formulação de projetos sobre a reestruturação do espaço²⁵. Essa reflexão é pertinente para uma província como a Minas Gerais do século XIX, cujas cidades são unidades desarticuladas, com atividades econômicas tradicionalmente voltadas para o mercado externo: sonhava-se com uma capital

25. Na base dessa análise, ver o capítulo de Bernard LERETI, “Recour aux Représentations”, já citado. Se lermos Araújo Porto-Alegre, reconheceremos a clara formulação, quarenta anos antes da fundação de Belo Horizonte, dessas idéias sansimonistas sobre a interiorização das capitais e a criação da rede de estradas de ferro — questões que ainda estão na ordem do dia para a geração política à qual pertence Araújo Reis.

como “centro dos centros”, capaz de polarizar os interesses agrícolas, industriais e políticos de todas as suas regiões. Assim, nos textos fundadores de Belo Horizonte, a idéia de *centralidade* caminha lado a lado com a de um plano de circulação e de transporte para facilitar o comércio, a indústria e o abastecimento – no intuito evidente de integrar a futura capital a uma rede global de vias de comunicações. Não é, pois, casual a ênfase na importância da construção prioritária da estação de entroncamento com a Central do Brasil, para viabilizar a construção (figs. 1 e 2). Por outro lado, recorre-se aos princípios de estratégia espacial administrativa: a nova capital aparece como uma solução que, ao mesmo tempo, favorece a unidade regional e a reconexão das autonomias municipais concorrentes – o que corresponde bem à idéia sansimonista de “gravitação política”, ponto de equilíbrio e de coesão entre cidades cujas diversidades geoeconômicas pareciam conduzir ao separatismo.

O *relatório* retoma, assim, a ambição, irrealista na época, de união geográfica e mobilidade territorial, presente nos projetos anteriores de mudança da capital, quando se apregoava “a organização” – palavra típica da doutrina de Saint-Simon – de um “plano geral de ligação” do norte ao sul da república, segundo o qual a capital seria o “ponto central” das ramificações: em direção ao litoral – a leste; em direção às repúblicas do Prata – ao sul; em direção ao Pacífico – a oeste. Temos, pois, a capital como um centro de integração da rede viária no estado e, depois, deste ao país, a irradiação ultrapassando até as fronteiras nacionais, graças à coordenação das estradas de ferro e das vias navegáveis. Esse efeito global “de difusão e de interligação”²⁶ da cidade num plano ex-

26. *Ibid.*, p. 384. Sobre um plano geral de combinação dos rios navegáveis do país com as vias férreas no Brasil, ver especialmente: *Primeiro Congresso das Estradas de Ferro do Brasil*, Rio de Janeiro, 1882, discursos organizados e compilados por Araújo Reis, publicados pelo Clube de Engenharia, em 1884, nos quais é criado como modelo o estudo que Michal Chevalier faz sobre esta questão na França, em 1845. Assinam o documento brasileiro os engenheiros Jeronimo R. de Moraes Jardim, Francisco Recria Passos e Belfort Rêso.

tensivo de circulação e de transportes, em nome de uma racionalização econômica do território, defendido por Araújo Reis, inscreve-se no raciocínio sansimonista, segundo os termos que são os de Jean Reynaud quando este fala “de um planeta unido e homogêneo” pela hierarquia das diversas agregações em cadeia: do campo ao povoado, do povoado à cidade capital, até a nação inteira e os países vizinhos.

Essa proposta permanece, de fato, utópica, considerando-se a unidade então impensável de Minas Gerais, mais tendente à fragmentação do que à associação. As observações de ordem pragmática acabam, pois, por se sobrepor; os dados relativos à região e à localização da cidade no território levam em conta principalmente os viveres e os recursos em materiais de construção. Uma pesquisa de previsões deve responder, antes de tudo, às possibilidades futuras do meio físico – “fundamento de todo planejamento urbano” – como observa François Choay²⁷. O relatório sobre as localidades inscreve-se, assim, no espírito dos discursos característicos do *pré-urbanismo progressista* pela descrição que faz das “dídivas da natureza” e dos meios de que dispõe cada lugar, a fim de assegurar aos comandatários a viabilidade da empreza. Esse ponto permite-nos aproximar, ainda uma vez, as condições examinadas no *relatório* daquelas preconizadas por Jean Reynaud a propósito da localização das cidades. No *relatório*, notamos a preocupação “de examinar as possibilidades naturais para a construção: pedreiras, depósitos de terra e de areia e reservas de madeiras”, no texto de Reynaud, lê-se: “que o terreno seja sólido, que haja ao redor os materiais necessários e que esses materiais sejam, ao mesmo tempo, de extração fácil e de boa qualidade. Pode-se dizer que a cidade é, então, simplesmente, o resultado de uma nova forma dada à massa mineral a qual seu território se compõe”. Realista, Reynaud acrescenta que, “em certos lugares, o emprego desses materiais é dispendioso, sem contar que, não raro, alguns dos elementos, indispensáveis à arquitetura, en-

27. *L'urbanisme, utopie e réalité*, Paris, Seuil, 1979, p. 75.

contaram-se fora do alcance”²⁸. É sabido que o emprego dos materiais locais era um *leitmotiv* nos textos relativos à arquitetura do século XIX: dever-se-ia tirar “o melhor partido possível dos meios disponíveis”²⁹.

As dificuldades de criação de um contexto de produção local, no entanto, quando da construção da capital de Minas, não permitiram seguir à risca os conselhos dos mestres pensadores franceses – e isso apesar das medidas postas em prática: construção de estradas e de pontes nos arredores da cidade e até mesmo de uma linha de estrada de ferro urbana provisória, atravessando a aglomeração de um lado a outro, com paradas diante dos canteiros de obras dos edifícios para a distribuição de material. Essas medidas explicitamente racionais revelaram-se insuficientes para acompanhar o ritmo intenso das construções exigido pelo governo. Foi preciso, finalmente, importar uma grande parte dos materiais: até mesmo a madeira – sobre a qual o *relatório* havia levantado toda uma gama de variedades nas florestas próximas, acompanhada de estudos comparados dos custos – acarretava dificuldades de extração e de transporte. Quanto ao ferro – matéria-prima igualmente abundante na região (que seria explorada pelos belgas vinte anos mais tarde) –, foi também importado das serralherias de Bruges, sob a forma de elementos pré-fabricados, construtivos e decorativos.

A questão dos materiais acarreta uma outra, a da otimização financeira do projeto e mesmo do cálculo das despesas, que determina a escolha do sítio – otimização que é uma das condições favoráveis para o estabelecimento de uma cidade, segundo as recomendações de Jean Reynaud. As razões de economia orientaram, pois, a escolha da localização adequada para a futura capital de Minas no relatório final de Araújo Reis. Mas, na história das cidades brasileiras, o abismo entre a racionalidade técnica dos engenheiros, seus pareceres e cálculos e a

28. “Villes”, *op. cit.*, p. 677.

29. A expressão é de Léonce REYNAUD, *Traité d'architecture*, Paris, Dunod, 4ª ed., segunda parte, 1875, p. 15.

indiferença e morosidade dos políticos para a execução dos projetos é, por vezes, intransponível. Competência e poder nem sempre caminham lado a lado na gestão urbana³⁰. Quando os políticos locais votaram a favor de Belo Horizonte, não foram “as circunstâncias gerais da geografia”, ou as vantagens das comunicações e dos recursos destacados no *relatório* que pesaram sobre sua escolha. A deliberação em favor de um arraial cujas disposições eram até mais onerosas deve-se, certamente, conforme se observa na historiografia, a interesses políticos regionais – questão implícita na história urbana³¹ e contrária à racionalidade defendida pelos políticos.

A PLANTA DA CIDADE: FRAGMENTOS DE “ARCAISMO” E DE MODERNIDADE

“É inútil dizer que se deve evitar, tanto quanto possível, uma planície sem montanhas contíguas”.

Charles Fourier

A escolha de Belo Horizonte para a localização da capital, considerada, de fato, pouco judiciosa pelos especialistas, exigiu uma retórica positiva para se consolidar. Araújo Reis, sempre fiel ao intuito de continuar “a missão” que ele adota como sua, qual seja, a de edificar a cidade

30. Tratei dessa questão a partir de pareceres do próprio Reis junto a comissões de fiscalização de obras no País, no livro *Engenharia Araújo Reis: o progresso como missão*, *op. cit.* A historiografia, em geral, sugere que os parlamentares de Ouro Preto impuseram a escolha de Belo Horizonte como uma última tentativa de levar ao fracasso a ideia da construção de uma nova capital, já que, a princípio, parecia difícil, com tantos pontos desfavoráveis, transformar esse arraial em “cidade moderna”, no espaço de tempo de quatro anos, imposto pela lei. Além disso, sua proximidade com Ouro Preto e manutenção em sua zona de influência. Sobre as elites políticas urbanas na França, ver B. LEBETITZ, “Pouvoir municipal et urbanisme (1650-1750)”, Sources et problèmes que”, *Pouvoir, ville et société*. Atas de um colóquio interno realizado pelo CNRS, em 1983.

de nova, é convocado pelo governo para criar uma *Comissão Construtora* (fig. 3), cuja organização setorial, baseada na idéia de *sistema*, revela semelhanças com o que acontece na administração urbana da França do Segundo Império. Um parêntese se impõe para explicar o empréstimo do modelo: Reis concebe a Comissão Construtora como um sistema organizado em seis seções, cada uma com subdivisões, cujos serviços são distribuídos de forma minuciosa e precisa, como na idéia de classificação dos grupos ou das séries coordenadas entre si, cara a Fourier e, sobretudo, muito semelhante às seções e subseções hierarquizadas criadas por Haussmann. O princípio da associação de Saint-Simon encontra-se também aí presente, bem como a idéia de um comité de técnicos competentes; este, vindo do Rio de Janeiro, seria imune às ingerências políticas e especuladoras locais. À frente da Comissão, Reis preocupa-se também em registrar o desenrolar das obras, dando prosseguimento a uma literatura ao mesmo tempo laudatória e informativa. O engenheiro insistirá nas condições do sítio da localidade, cujo *nome*, por si só, *já é uma imagem* – Belo Horizonte (o grifo é nosso) – louvando a beleza e as conveniências do lugar: o panorama, a luminosidade e a aeração³². Os desníveis topográficos que se apresentaram como obstáculos nos primeiros estudos, são agora vistos sob seus aspectos “pictóricos”. Examinemos, pois, como a topografia foi tratada pelo urbanista.

O homem do século XIX, segundo o pensamento fourierista, “constrói seu sonho em meio ao real”³³. No caso de Reis, tudo indica

32. Mesmo do ponto de vista da estética do panorama, a localidade de Várzea do Margal, subúrbio de São João del Rei, era declaradamente preferida pelos engenheiros, preferência caucionada pela opinião do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire: “[...] Là je jouis de la vue la plus riante qui se fit offerte à moi, depuis que je voyageais dans la province de Minas. Souvent j'y avais admiré des beautés majestueuses, mais toujours après et sauvages; pour la première fois peut-être, depuis quinze mois, j'eus enfin sous les yeux un paysage qui à quelque chose de cet air de gaieté auquel ceux de la France doivent tant de charmes [...]”. Cf. documento citado na nota 14.

33. S. DENOURT, *op. cit.*, p. 247.

não estarmos diante de uma planta preestabelecida: tal documento não fazia parte dos *Anexos do relatório*, compostos pelos anteprojetos de arquitetura. A planta foi, pois, realizada no local escolhido e baseada em estudos do terreno: a palavra “topografia” aparece seis vezes nas duas páginas de sua apresentação ao governo; aliás, uma rede de triangulação forneceu as bases de seu traçado (fig. 4). Não podemos, então, endossar a afirmação apressada, presente na historiografia, de que a planta de Belo Horizonte não leva em conta a configuração do sítio. O caráter rígido do projeto de Reis se explicaria por duas razões: em primeiro lugar, o peso dos códigos “modernos”, defendidos pelos engenheiros brasileiros para a construção das cidades, passava obrigatoriamente pela crítica às disposições das cidades antigas, “filhas do acaso” ou de “circunstâncias comerciais”, com suas ruas estreitas e tortuosas (representações presentes nos discursos relativos à mudança da capital (reapresentações presentes nos discursos relativos à mudança da capital de Minas); em segundo lugar, tratava-se de uma cidade nova, resultante “de uma proposta deliberada”, cuja pretensão de racionalidade justificaria que se fizesse notar a diferença, a de ser “uma cidade construída com método”³⁴. Uma cidade fundada a partir do nada só podia pausar-se por uma planta regular; e essa planta, desenhada por um engenheiro geométrico, evidentemente levava em consideração sua prática profissional, respondendo a um desejo de regularização que vigorava entre os políticos. Se considerarmos que a materialidade formal de uma cidade é indissociável da história intelectual dos que a conceberam, a *planta* de Belo Horizonte, a despeito de sua relativa simplicidade gráfica, revela-se então, da mesma forma que o *relatório*, um documento privilegiado para analisar as representações e os conhecimentos urbanos da época no Brasil, incluindo-se as ambivalências e os paradoxos que os caracterizam.

Essa planta compõe-se de três zonas — urbana, suburbana e rural —, e o desenho de um tabuleiro de xadrez convém à zona central,

34. Expressão de J. RENAUD, “Villes”, *op. cit.*, pp. 677 e 681.

que pressupõe uma trama dupla: a geometria associa dois sistemas de vias: um quadriculado e outro em diagonal, com as malhas orientadas em dois sentidos diferentes, inscritas, porém, numa regularidade global. Somos tentados a aproximar a concepção em três zonas da planta de Belo Horizonte da concepção da cidade ideal de Fourier, dividida também em três limites³⁵. A comparação vale ainda no que se refere à fraca densidade das construções, prevista para as zonas de periferia, em relação à zona urbana (fig. 5), mesmo se, em Belo Horizonte, os lotes permanecessem murados de forma tradicional, e traçados à régua, apesar das intenções declaradas de “se obedecer ao relevo”, mais acidetado do que na zona central. Pode-se, contudo, afirmar que uma reflexão mais moderna está na origem da concepção dessa zona suburbana – uma *cidade-jardim* “avant la lettre”, que deveria funcionar como uma transição entre a cidade e o campo, espaço intermédio-rio urbano-rural (pois na terceira zona se instalariam as comunidades agrícolas de abastecimento).

Mas o que dizer da crítica fourierista e sansimonista feita às cidades novas “civilizadas”, de “enganosa identidade”, “tediosos” tabuleiros de xadrez com monótonas ruas retas e bairros parecidos, com casas de “fachadas uniformes”? Reis não podia ignorar essa crítica, retomada por vários autores do século XIX, mesmo se, quase sempre, ela permanecia no plano retórico (ou seja, contrariada apenas em alguns locais de paisagísticos). Será preciso esperar o início do século XX, com efeito, para que as ruas “serpenteadas”, defendidas por C. Fourier, ou com “ângulos curvos ou quebrados”, segundo J. Reynaud, generalizem-se

35. Cf. *Plan d'une ville de G. Perinck*, em que Fourier se refere a três zonas, “a 1ª contendo o centro urbano, a 2ª contendo os arrabaldes e grandes manufaturas, a 3ª contendo os caminhos periféricos e o subúrbio”. No livro XII, à guisa de conclusão, Fourier se refere à “arquitetura das cidades”, recomendando a questão das divisões da planta; em-meira então quatro zonas, se bem que a explicação que as segue se refina a três. Cf. *Ouvrages Complétés...*, t. IV, p. 300, e t. XII, pp. 606-607.

nas plantas de cidades que começaram a variar graças ao uso de traçados policêntricos seguindo as curvas de nível. Ora, Belo Horizonte foi criada num momento de transição, em que mal se anunciavam mudanças do discurso urbanístico internacional: o retorno aos “chemins des ânes”, por Camillo Sitte, foi um pouco posterior. Por outro lado, o traçado baseado no xadrez era consagrado pela tradição para as cidades novas (provavelmente devido à facilidade do loteamento), funcionando, na prática, durante todo o século XIX. E, ainda, quando sobre o tabuleiro se superpõem avenidas em diagonal, não se trata simplesmente de quebra da “monotonia”, como já se observou, mas de resposta “à lógica de fluxos”³⁶, às representações sobre a necessidade da atração e das ligações, além de sua presença já conhecida nas cidades americanas. O traçado sinétrico e uniforme das cidades novas contrastaria, claramente, os princípios de Jean Reynaud, bem como a mobilidade artificialmente desenhada e não-orgânica da rede viária: em Belo Horizonte, as vias superdimensionadas entre os bairros não-constituídos ficariam desertas por muito tempo (fig. 6). É o resultado da contradição entre a intenção de um crescimento natural, manifestada por Reis, e a composição predeterminedada de uma planta-modelo. Exemplo da discrepância existente entre as representações dos discursos fundadores e as práticas de ocupação do espaço urbano.

Outras medidas previstas na planta de Belo Horizonte fazem dela uma montagem de citações, ligadas ainda às noções do *brlo* e do *siñá*, por exemplo, o interesse pela vegetação “arcealizada” com a dupla fileira de árvores sublinhando as largas vias (figs. 7 e 8), ou a presença de um parque situado, como é praxe, no sítio mais acidetado. A primeira medida (a arborização), preconizada por Reynaud, é típica do urbanismo de regularização do século XIX³⁷ e encontrará seu apogeu

36. A esse respeito, ver B. LEVERTT, “Retour aux représentations”, *op. cit.*, pp. 396-397.

37. “Metade das ruas deverão ser plantadas com árvores variadas, em cada uma”. C. FOURIER, t. IV, p. 302. Já Reynaud, escrevia: “[...] como a circulação dos habitantes não ocu-

na Paris haussmanniana, enquanto a segunda (o parque) segue a tradição pitoresca, inserindo-se habilmente na planar, graças a seu contorno geométrico (fig. 9). Essa articulação não pode ser interpretada como um “contraste”: a variedade na uniformidade inscreve-se na longa duração dos textos sobre a composição urbana. Daí a ortogonalidade das vias, criando confluências para praças de formas e de dimensões diversas, contidas numa simetria geral.

Essa planar é interessante também pela idéia de um *boulevard* periférico de 35 m de largura e 10 km de comprimento que interrompe irregularmente o xadrez e delimita a zona urbana, numa forma similar à de Paris. Léonce Reynaud aconselhou, como forma ideal de contorno de uma cidade, “a elipse visivelmente deformada [pela] direção do rio e dos ventos dominantes”³⁸. Além das razões topográficas que parecem ter imposto os limites das zonas de Belo Horizonte, suas dimensões respondem à previsão demográfica da época. Embora esse *boulevard* inspire a idéia arcaica de “cidade acabada” ou de cidade fechada, remontando às utopias do Renascimento, a ele se atribuem outras funções, como a de ser útil à taxaço dos impostos locais e como a de ser uma “bela via”, ao mesmo tempo de passeio e de circulação — argumentos esses igualmente encontrados nos textos franceses³⁹. Resta lembrar um último ponto que faz alusão, ao mesmo tempo, à lógica higienista e aos utopistas, como J. Reynaud: trata-se da

pa todo o espaço necessário para a circulação da luz e do ar, esse espaço se divide naturalmente em duas partes, uma servindo para as ruas e a outra para os jardins. E isso não pode faltar, pois a vegetação tem não somente uma influência útil sobre a salubridade, mas também toda espécie de encanto para a vista e o passeio [...]. Cf. Villen, p. 680. Sobre essa mesma questão, podemos ler nas *Mémoires d'Haussmann*: “[...] fiz que plantassem uma fileira de árvores, em alinhamento, a 5 m das habitações [...] as vias bem largas receberam duas fileiras de árvores de cada lado”, vol. III, 1893, p. 234.

38. *Traité d'architecture*, pp. 554-555.

39. Cf., por exemplo, em César Davi, “Nouvelles et faits divers: nouveau boulevard limite de Paris”, *RCA*, vol. XXI, 1863, col. 138-140. E ainda Léonce Reynaud, a respeito da

hierarquia do espaço em termos de distribuição dos equipamentos ou da localização funcional dos serviços, em nome da tríade *salubridade, comodidade e embelezamento*. Estava previsto colocar nos subúrbios o cemitério, o matadouro, o hipódromo, o lavadouro e os banhos públicos, o incinerador, a estação de tratamento de águas e até mesmo um forno crematório — tudo isso na parte mais baixa, ao longo do rio, enquanto os reservatórios de água seriam colocados no lado oposto, a mais de 1.000 m de altitude.

Todas essas disposições, “arcaicas” e modernas, que compõem a planta da nova capital são fruto, pode-se dizer, de uma postura tipicamente eclética e parecem seguir a declaração de C. Fourier: “que não se adore uma planta simples [...] na qual se dê preferência a esse ou àquele [arquitecto], mas que se tome de cada um o que há de bom para se compor um todo”⁴⁰.

A CIDADE CONTRA A NATUREZA E A HISTÓRIA

A planta de Belo Horizonte explica-se ainda por uma série de representações indissociáveis dos modelos intelectuais de sua fundação. Seguindo as “contradições” próprias do tempo, ela permanece fiel a alguns mitos provenientes das Luzes, mitos em que a intervenção e a organização da natureza são correlativos⁴¹. Seria, então, um anacronismo exigir de seus criadores que considerassem o relevo tal qual, sem tentar transformá-lo. O homem do século XIX é também aquele que “remodela as coisas e o espaço”, no dizer de Fourier. E sua cidade é “mais uma ‘tuputura’, ‘um mundo suplementar’ do que um ‘complemento natural’ do sítio”⁴². Entre o olhar que contempla o horizonte

concepção do *boulevard* circular, pois ele se refere “a uma larga via interligando todas as entradas [para marcar] o contorno exterior da cidade”, *Traité...*, *op. cit.*, p. 557.

40. *Ouvres complètes*, *op. cit.*, t. XII, pp. 706-707.

41. A esse respeito, ver B. LERETIT, “Voyages en France”, In: *Compoer le paysage*, *op. cit.*, pp. 126 e 128.

42. Para essas expressões, cf. S. DEBOUR, *op. cit.*, p. 247.

ao alvorecer (ver, relatados pelos cronistas da cidade, os passeios de Aarão Reis quando traçava a planta) e o gesto que *funda, organiza* o espaço, existe uma incompatibilidade que se explica perfeitamente, conforme já vimos, pelo estágio da reflexão urbanística. Além da ausência de um pensamento *culturalista* (que mal emergia nos países europeus), todo processo de fundação é contrário à idéia de continuidade histórica. Numa região marcada pelos estigmas do passado “espontâneo” das cidades montanhosas, “pensar o sítio” consiste, sobretudo, em “fazer desaparecer seus traços”. Assim, a planta da cidade moderna deve implicar a tábua rasa da aglomeração existente, a antítese com a imagem da cidade antiga que ela substitui⁴³. Igual sorte para o destino dos monumentos, cuja antiguidade é considerada, então, antes um entrave anacrônico do que um valor positivo; como esses monumentos não possuem suficiente “força histórica” para permanecerem em pé, pedir sua integração no espaço novo significaria passar à frente do tempo no reconhecimento do patrimônio da região⁴⁴. Fotografá-los ou pintá-los antes de seu desaparecimento é o único gesto possível de conservação da memória, gesto próprio da época: comparemos o trabalho do *Gabinete Fotográfico* da Comissão Construtora com as campanhas fotográficas de Charles Marville, durante a gestão de Hausmann, em Paris⁴⁵ – em ambos são propositalmente explícitas as antinomias nas imagens da cidade antiga a ser destruída e nas da nova cidade que surgia (figs. 10 e 11).

43. Sobre o autoritarismo do pensamento de fundação, ver Marcel DETRENNE, “Qu’est-ce qu’un site?”, *Critique*, Paris, t. XIV, n. 503, abr. 1989, pp. 211-212.
44. Será preciso, “paradoxalmente”, esperar o Movimento Moderno, para que as igrejas coloniais de Minas comecem a ser realmente reconhecidas como imagens patrimoniais. Esse movimento será bem crítico em relação a Belo Horizonte, “Vestígios de estuque”, na expressão do escritor da “vanguarda nacionalista” Oswald de Andrade, estigmatizando sua “arquitectura européia”, no conhecido artigo “Embaxiada Artística”, de 1924. 1994, das quais várias figuraram na exposição que coordenei: *Belo Horizonte, o Nascimento de uma Capital*, mencionada na apresentação desta coletânea.

As demolições retomam, também em Belo Horizonte, duas motivações do discurso urbanístico utópico: a salubridade e o embelezamento, já evocados no *relatório*. Nos discursos fundadores ou nos álbuns de imagens de propaganda emitidas pelo Gabinete Fotográfico, encontramos as concepções de Fourier sobre a associação do *utile do agradável*; elas são também oriundas de uma visão maniqueísta da “transição do mal para o bem”⁴⁶ – transição que nos coloca diante dos relatos figurados de uma metamorfose, característica das descrições do arrabal que se transforma em capital. “Metamorfose material”, dizia-se então, fundamentada em contrastes: negam-se as “velharias” tanto quanto se afirmam as “novidades”⁴⁷. Nessa representação, a lógica do efeito visual do conjunto e de suas partes contra mais do que a memória de um passado considerado obsoleto, cuja imagem deve ser apagada (fig. 12).

A ARQUITETURA E SUA IMAGEM URBANA

A correção de “imperfeições naturais” foi prevista por Léonce Reynaud quando se referia às disposições das capitais: mas, paradoxalmente, ele preconiza, ao mesmo tempo, a necessidade de “saber tirar partido da situação natural do terreno”, e isso em nome da visibilidade das construções. Diante de uma situação topográfica difícil como a de Belo Horizonte, estando o engenheiro e o arquiteto incumbidos de traçar uma cidade “progressista” e “racional”, como podiam eles “estimar matematicamente o valor dos acidentes naturais?”⁴⁸. Não nos esqueçamos de que o interesse pelo problema da

46. C. FOURIER, t. IV, p. 310.
47. Expressões de F. MARTINS DIAS, *Trajos Históricos e Descrições de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, 1897, pp. 105-106.
48. Para conhecer o pensamento de L. Reynaud sobre esse assunto e outros, nos quais as contradições não estão ausentes, ver *Traité d’architecture*, op. cit., pp. 548-549.

relação entre o objeto arquitetural e seu sítio, a “facilidade” da arquitetura em correspondência com o espaço real de uma cidade nova eram coisas raras na época⁴⁹. Contudo a revista da Comissão Construtora de Belo Horizonte deixa clara sua intenção de aproveitar “o valor estético das eminências” (retomando a expressão de Jean Reynaud) e concebe uma arquitetura que se refere aos “panoramas” e aos “pontos de vista”, colocando ênfase nas “perspectivas recíprocas”, dadas pela relação entre a disposição dos edifícios e o cruzamento das avenidas. A cidade é, pois, planejada com o intuito de “garantir efeitos artísticos”⁵⁰. Há aí uma idéia que se inscreve diretamente na linha do “garantismo visual” de Charles Fourier ou do “aumento de visibilidade”, preconizado por Jean Reynaud.

Mas a intenção de tirar proveito das ondulações para locar as construções não se articula com uma planta rígida; consideráveis obras de alicerces que se impunham só foram executadas em parte. Se, de acordo com o pensamento de Jean Reynaud, os edifícios públicos principais dominavam a cidade, sobre uma colina aplainada (fig. 13), “em contrapartida a harmonia do conjunto”, ajustando a morfologia do sítio ao projeto arquitetural, permanece, em grande medida, inacabada. A lógica dos fluxos não se articula à dos efeitos. Na realidade, as perspectivas só foram obtidas parcialmente; na maioria dos casos, as ondulações do terreno acarrejavam vistas sincopadas antes de se alcançar uma visão panorâmica. A justaposição desproporcional entre o urbanismo e a arquitetura que dominava a imagem de Belo Horizonte, desde o princípio, leva a crer que o primeiro foi concebido para o futuro, enquanto a

49. A “organização” (expressão dos discípulos do *per Enfantini*) da Comissão Construtora era baseada numa atribuição de competências, tipicamente sanccionista: “a cada um sua capacidade, a cada capacidade suas obras” – idéia que, no entanto, parece ir de encontro à da complementaridade entre o engenheiro e o arquiteto, almejada por todo o século XIX, mas que, na prática, não se ajeitava.

50. Expressões presentes nos artigos da *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora*, *op. cit.*, 1895.

segunda só podia expressar seu presente. Descontinuidade que o tempo e a história da cidade se encarregariam de “harmonizar” (figs. 14 e 15).

Reconhecemos hoje, por fragmentos, pelo menos três cidades sucessivas em Belo Horizonte: a do final do século XIX e começo do XX no traçado central, onde sobram casas isoladas e edifícios públicos; depois a Belo Horizonte que acolhe o Modernismo lírico da Pampulla, diferente do Movimento Moderno europeu e coexistente com o surto de *art déco*; e a Belo Horizonte atual, com as imagens da cidade que sobe e se justapõe, sem controle, às outras. Do sonho progressista à destruição da urbanidade, as cidades capitais brasileiras apresentam uma imagem caótica, no processo de construção/desconstrução de sua historicidade.

UMA ARQUITETURA “POLICADA” ...

Detenhamo-nos, pois, numa idéia, ela também ligada à *fabricação* da imagem urbana, permitindo-nos confirmar, outra vez, a relação entre os criadores de Belo Horizonte e os teóricos franceses. A “organização geral dos tipos de edificações”, preconizada nos textos fundadores, faz-se pela submissão às regras. Ao arquiteto-chefe cabia indicá-las por meio da série de projetos executados, à frente da sua divisão, na Comissão Construtora⁵¹; e, depois, à prefeitura cabia fazer com que as regras fossem observadas, “tendo em vista a estética do conjunto da cidade”⁵². Essa vontade expressa de uma composição ur-

51. José de Magalhães, como engenheiro-arquiteto, aparece em primeiro lugar no organograma da seção de Arquitetura da Terceira Divisão da Comissão Construtora, tendo a seu serviço seis desenhistas, entre os quais Edgar Nascenets Coelho (que havia estado na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro e que fazia carreira de “arquiteto” em Belo Horizonte) e Eduardo Le Monnier, que trabalhara também na Argentina. O grupo era pequeno para o significativo volume de projetos a serem feitos ao mesmo tempo – Belo Horizonte, como toda cidade criada *ex nihilo*, foi arquitetural antes de ser urbana.

52. *Idem*, p. 79 e Lei n. 1453, Belo Horizonte, 1901.

bano-arquitetural não se concretizou na prática, agravando-se, mais tarde, dado o desrespeito ao gabarito e ao zoneamento, determinados nas leis.

Mas voltemos aos franceses pré-haussmannianos. Charles Fourier refere-se a um *policiamento* geral de salubridade e de embelezamento, controlado por um “comité de aparato”, e Jean Reynaud sugere o “direito [do Estado] de fiscalizar” para que, do ponto de vista artístico, as casas sejam submetidas “a influência de uma mesma lei”⁵³. Assim, a prescrição de certos dispositivos nos “regulamentos de construções” de Belo Horizonte permite que uma tipologia de alojamentos padronizada se generalize. Pode-se aqui aproximar o “sistema ornamental” graduado, indicado por Fourier, da concepção das “casas-tipo” da nova capital – hierarquizadas em dimensões, distribuição e sobretudo em ornamentação de fachadas, levando-se em conta as rendas e as categorias dos funcionários públicos a quem são destinadas. As diferenças com as idéias de Fourier referem-se à escala (interdição dos imóveis coletivos e de qualquer construção alta), bem como às proporções relativas ao espaço livre destinado aos quintais e aos jardins (espaço mais limitado no caso de Belo Horizonte, pois aí persistem lotes estreitos). Enquanto a residência particular obedece aos preceitos dos higienistas franceses⁵⁴, a densidade dos lotes continua condicionada à estrutura

tradicional do loteamento brasileiro, e os estilos, próximos dos *métres-de-obras* italianos nos cantos de obras (fig. 16).

No que tange às representações tomadas de empréstimo à cultura europeia e às diações no campo da arquitetura do século XIX, muito poderia ser dito sobre a noção de ornamento: seu tratamento oscila do “simplismo” (quase-ausência) à “anarquia” (abuso de empréstimo) – nos termos de Fourier, generalizados ao longo da crítica internacional otocentista⁵⁵. Essa noção não se dissocia da dialética da uniformidade e da variedade que domina o século. Em nosso estudo de caso constatamos o triunfo crescente da variedade explícita na abundância decorativa das fachadas, especialmente no âmbito da arquitetura privada: os “prazeres da visão” (Fourier) prevaleceram sobre a “repressão” do ornamento na arquitetura de Belo Horizonte. E isso após 1910!⁵⁶

...EM BUSCA DE UMA SOCIEDADE IDEAL

Um último nível de comparação entre modelos, discursos fundadores e realidades da cidade levam-nos às representações da sociedade na retórica e no espaço urbano. Não podemos encerrar as relações entre os textos brasileiros e franceses sem examinar as diferenças rela-

53. C. FOURIER, *op. cit.*, t. XII, p. 607; J. REYNAUD, *op. cit.*, p. 681.

54. Respondendo às exigências de salubridade, as “casas-tipo” foram determinadas, por regulamento, à zona urbana de Belo Horizonte. As obras *L'Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine publique*, dir. J. Rochard, e o *Traité d'Hygiène publique et privée*, de M. Lévy, que tratam dos “perigos da densidade” (ou acorramento das construções), encontram-se na biblioteca de um médico membro da diretoria da Comissão Construtora. Lê-se ainda nelas que, nas cidades que “podem se estender”, as construções devem ser preferivelmente executadas “em superfície e não em altura”, notando-se que a tendência era de acrescentar-lhes quintais e jardins, ideal que se afirma, então, de forma cosmopolita. Além disso, a imagem insalubre dos *corriges* do Rio, desde há muito combatida, era uma obsessão nos discursos dos engenheiros “progressistas”.

55. Sabe-se que o século XIX fez uma crítica severa de sua própria arquitetura: a profusão e a proporção dos ornamentos são um de seus *poncifés*, estereotipados por certas representações presentes na documentação de vários países. Jean Reynaud se refere às “fantasias deslocadas” ou às “dissonâncias vergonhosas”, e outros a seus aspectos “barbantes”, “antiquicos”, “aleijados”, “caricaturais”.

56. A arquitetura privada desse período leva-me a considerar Belo Horizonte não somente em relação à França (como é o caso dos edifícios públicos desenhados por Magalhães, marcados por maior sobriedade), mas também em relação às tendências formais do *Liberty* italiano (trazido pelos construtores imigrantes), componente fundamental do estilo das casas brasileiras até meados de 1930. A esse propósito preparei um livro sobre Luigi Olivieri e o seu manual de arquitetura, documento inédito, localizado com a ajuda de Paulo Rossi, a quem agradeço.

tivas à dimensão social. O habitante comum, ator privilegiado por Jean Reynaud em seu artigo “Villes”, está praticamente ausente do *relatório*, só aparecendo quando das “topografias médicas” dos lugares – e sua ausência será reiterada no projeto da cidade. A imagem negativa dos habitantes do arraial a ser desapropriado ilustra os textos fundadores de Belo Horizonte; ela contém traços tanto do darwinismo social quanto das representações utópicas de contra-sociedade, de cidade “purificada”, que ainda alimentavam a geração dos engenheiros políticos brasileiros do final do século. O processo de formação de uma cidade com “valores modernos” pressupõe a eliminação de “elementos constrangedores”: à “toalete topográfica” segue-se a “toalete social”⁵⁷. “Indignos” de morar em sítio tão rico em dores naturais, os habitantes do lugar são considerados como que incompatíveis com a imagem urbana idealizada que se instala: “Quem, no futuro, corra do já o arraial de largas avenidas, de espaçosas e belas ruas, ornadas de palácios de mármore do Gandarella, de jardins de luxo, chácaras de primor, formoso parque etc., não ficará [...] surpreendido de ter habitado nele uma população tão mesquinha? [...]”⁵⁸. Como Fourier, queria-se acreditar que a cidade e mesmo a arquitetura transformariam “o mundo social”. Segundo a tradição clássica, a cidade é considerada não somente como o lugar da concentração das riquezas, mas também como um “meio de mentes cultas e esclarecidas”⁵⁹.

Os sansezimistas ampliam essa definição, reafirmando as cidades como núcleos de sociabilidade intelectual, centros de interesse e de

57. Expressões tomadas de Jean-Claude Passon, *Genèse d'une Ville moderne, Caen au XVIIIe siècle*, Paris, EHESS, 1975, p. 15.

58. Cf. Fábio Nunes Leal, “O Arraial de Belo Horizonte”, *Revista Geral...*, *op. cit.*, 1895, p. 15.

59. A esse respeito, ver Marie-Vic Ozouf-Marcenier, *La représentation du territoire français à la fin du XVIIIe siècle*, Paris, EHESS, 1989, p. 303. E também Bernard Leretti, “L'évolution de la notion de ville d'après les tableaux et descriptions géographiques de la France (1650-1850)”, *Urban*, n. 2, 1979.

intercâmbios materiais (fig. 17). Essa idéia, à qual vem se juntar o conjunto das representações estéticas e funcionais presentes no *relatório* e na *planta* de Belo Horizonte, encontra-se num texto do arquiteto José de Magalhães⁶⁰. O texto oferece uma síntese do pensamento ao mesmo tempo “arcaico” e moderno dos fundadores dessa cidade; sua importância deve-se ao fato de a cidade nele aparecer como um tema global, conforme a concepção sansezimista. O autor começa por visualizá-la “como um dos mais brilhantes e complexos problemas da ciência moderna”. Segue-se a evocação dos preceitos higienistas e da beleza da localização das construções, das vias bem traçadas e dos jardins. A cidade, como projeto político, acompanha a idéia de *real*, presente em outros documentos (em vista, como já foi anotado, da posição central de aglomeração e dos benefícios que ela acarretaria). Mas o arquiteto sonha, sobretudo, com uma cidade que ofereça a imagem do progresso e do conforto, provida de todos os serviços públicos de base, trazidos pela “ciência e pela arte” à vida moderna – serviços cujas possibilidades de implantação o relatório havia examinado.

Magalhães retoma, nesse texto, o vocabulário fourierista quando visualiza a cidade como uma “vasta associação”, “lugar de uma classe média, fator poderoso do desenvolvimento intelectual de uma nação”. Mas, no seu discurso, ele às vezes se afasta das representações antigas, não manifestando nenhum receio da cidade grande, da cidade populosa, ao contrário: os vilarejos esparsos e agrícolas são recusados, e o progresso só é concebido pela densidade da população, pela diversidade dos ofícios urbanos, pelo crescimento do comércio e da indústria, sob a égide de um Estado que funciona como um “organismo coletivo”.

A cidade, sendo vista como “um pólo de atração” de habitantes notáveis, oferece lugar apenas para os que lhe trazem “trabalho, ciência

60. Trata-se de “A Nova Capital de Minas” no jornal *A Capital*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, 28 jan. 1896, pp. 2-3. Agradeço a Ruth Villanarin Soares (IEP/HA-MG) por ter localizado esse documento nos arquivos de Belo Horizonte.

cia e arte". O raciocínio sansimonista parou em meio do caminho; não se fala mais de um "corpo sólido", como escreveu Jean Reynaud, e da mesma forma se excluem as preocupações sociais dos utopistas. Na prática, a ausência de um programa de alojamento para os trabalhadores que chegavam em massa, no momento em que essa discussão não era ignorada no país, e a concepção artificial de um projeto segregacionista impuseram uma ocupação centrífuga do espaço urbano: a população tornou-se mais densa para além do *boulevard périphérique*, distribuindo-se de forma desordenada pelos montes vizinhos, olhando, do alto, a cidade quase vazia, com suas ruas sem história correndo-se em ângulos retos.

DAS TEMPORALIDADES RELATIVAS

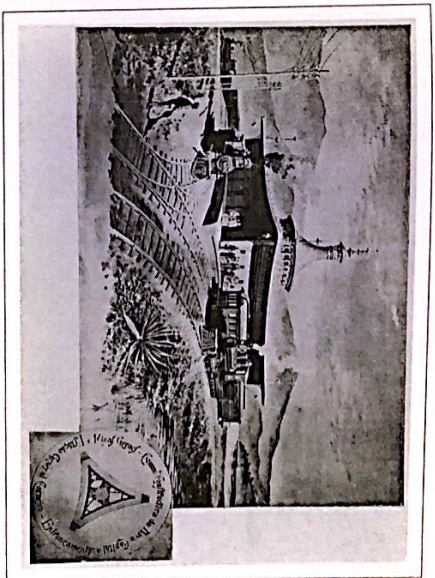
Dos estudos de previsão ao traçado, das reflexões preparatórias à organização do espaço, Belo Horizonte explicita a complexidade das interpretações sobre a transferência das categorias de pensamento de um país a outro; a complexidade atém-se ao tempo e à história, à distância entre discursos e práticas, malgrado a partilha das mesmas leituras. A decodificação cultural das cidades e de suas imagens, da qual acabamos de apresentar alguns traços no âmbito de uma situação urbana particular do fim do século XIX, sugere duas observações. A primeira é sobre a intemporalidade das referências e modelos que coexistem no seio de um mesmo projeto; deslocados de suas estruturas de origem, vão-se combinar com outros e adquirir sentidos e modalidades diversas. O fato de os atores de Belo Horizonte participarem do pensamento geral dos políticos franceses não impede que as leituras acumuladas num longo período de tempo (e a distância) sejam efetuadas de forma seletiva e descontínua. A intemporalidade dos empréstimos acaba por apagar essas discordâncias — daí a necessidade de aspas quando se empregam termos como "arcaísmo". Reis, lendo simultaneamente Fourier, Saint-Simon e Jean Reynaud, sem se afastar das idéias das Luzes, associa-os às propostas urbanas funcio-

nalistas contemporâneas; é a razão pela qual Belo Horizonte materializa representações aparentemente contraditórias, revelando-se, assim, uma cidade à imagem do século XIX inteiro. Imagem da dialética entre arte e ciência, *bela e útil*, antigo e novo, sobre a qual aquele século construiu sua identidade, tantas vezes proclamada em textos, sinotomáticamente ambíguos. Imagem, também, de uma "época de transição", para recomar uma idéia dos sansimonistas. As representações sobre as quais se apóia a concepção dessa cidade não são nem cronologicamente ordenadas, nem claramente formuladas — o que não impede, porém, o reconhecimento dos modelos culturais em que elas se inscrevem.

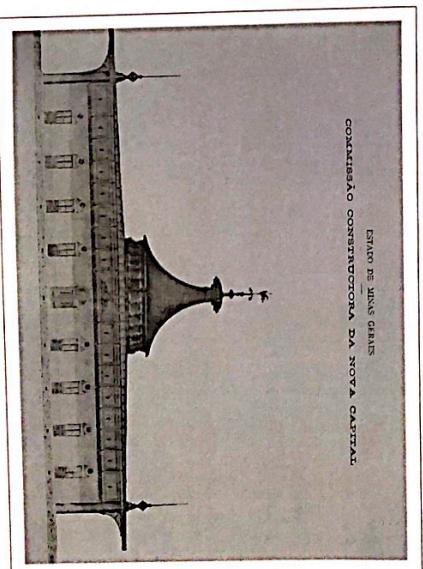
A segunda observação completa a primeira: as temporalidades diversas explicam-se historicamente. As transferências de modelos são indissociáveis das condições de possibilidade⁶¹ ligadas às práticas locais que as transformam. Sabe-se que, após o tempo da leitura, vem o da realização. Das representações aos funcionamentos, a inserção das imagens ideais na realidade física de uma cidade (a aplicação das utopias em circunstâncias efetivas) supõe discrepâncias e descontinuidades. Discrepâncias que resultam em transformações, elas próprias dependentes das remanescências estruturais da cultura receptora, assim como de seus ritmos específicos. Descontinuidades cujos mecanismos pertencem, de maneira implícita, à história de cada cidade e às modalidades de apropriação de modelos tidos como exemplares. Compreender essa relatividade é, enfim, tomar conhecimento da cidade também em sua dimensão antropológica, porque os limites do possível em matéria de transferências não são definidos apenas pela competência do enge-

61. A expressão é conhecida pelos historiadores: nós a tomamos, por exemplo, nos termos de Michal de Certeau, "L'opération historiographique". In: *Lectures de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975 e, do mesmo, *l'Invention du quotidien (I, Arts de faire)*, nouvelle édition, Folio/Gallimard, 1990; de Roger Chartier, "Le monde comme représentation — redéfinition de l'histoire culturelle", *op. cit.*, 1989, e ainda de Bernard Lévy e Joaquin Hooock, "Histoire et propagation du nouveau", *La ville et l'innovation: réels et réseaux de diffusion en Europe, XIV - XIX siècles*, Paris, EHESS, 1987.

nheiro e do arquiteto, mas também pelas práticas dos usuários. Todos, em conjunto, quando o tempo breve do acontecimento se confronta com o tempo longo de suas próprias histórias individuais justapostas, *apropriam-se* das representações vindas de fora, nelas introduzindo – ainda que inconscientemente – a diferença.



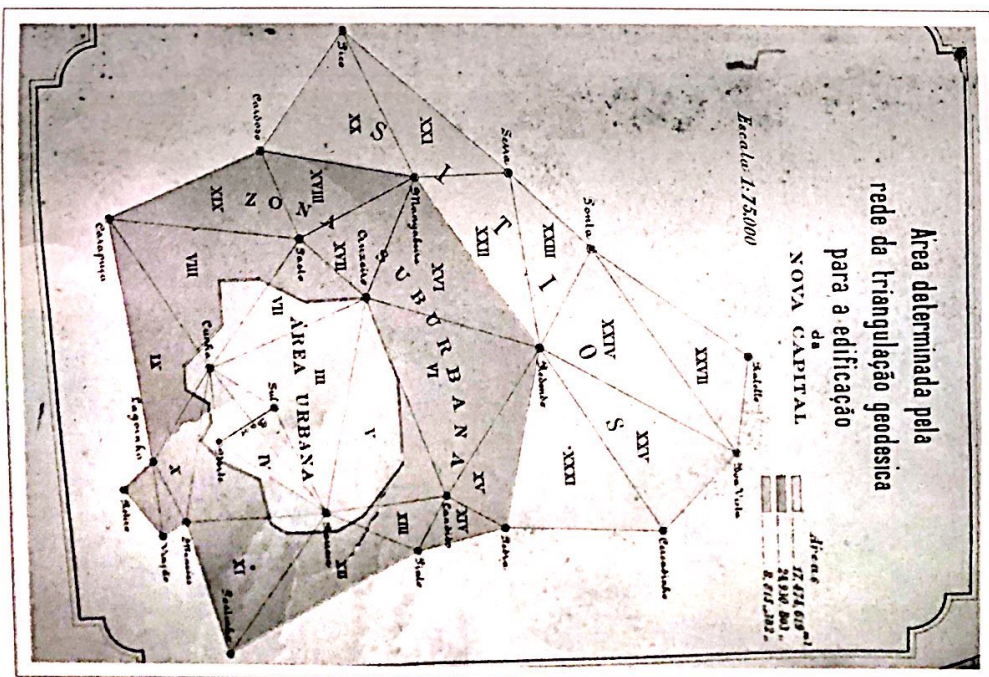
1. Estação de entroncamento "General Carniero", arredores de Belo Horizonte; projeto de José de Magalhães, 1894. Demolida nos anos de 1960. O arquiteto esboçou para ser a capital de uma *primarização*, estar ligada às vias de comunicação ferreas existentes. A forma imitativa do edifício para esse programa e o emprego de materiais modernos foram pontos em evidência nos discursos fundadores. Museu Histórico Atilio Barreto, Belo Horizonte.



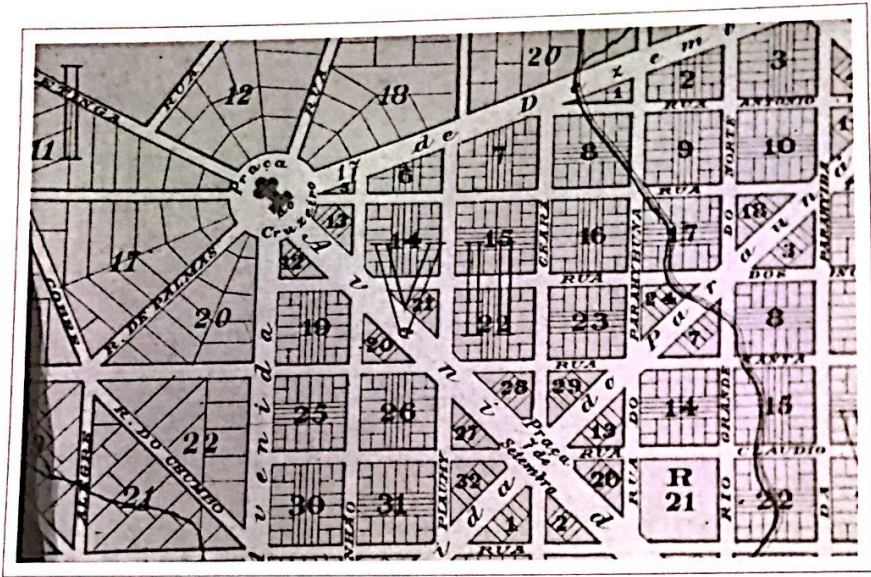
2. Estação de entroncamento "General Carniero", desenho publicado na *Revista da Comissão Conservadora da Nova Capital*, em seu primeiro número, em 1895. Museu Histórico Atilio Barreto, Belo Horizonte.



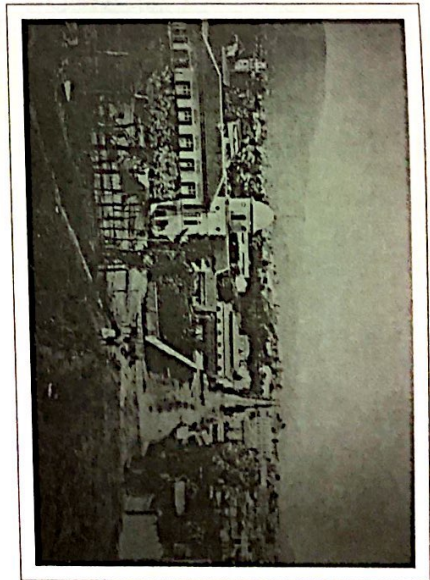
3. Arão Reis com a planta de Belo Horizonte e membros da Comissão Construtora. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte.



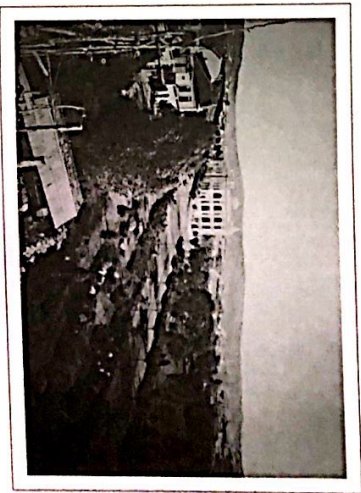
4. Indicação geral das áreas respectivamente destinadas, na futura cidade, às zonas urbana e suburbana e aos sítios para pequena lavoura. Detalhe da planta da *Cidade de Minas*, 1895. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte.



5. Detalhe da planta da *Cidade de Minas*, onde se vê a diferença entre o loteamento das zonas urbana e suburbana, delimitadas por uma avenida de contorno. Cia. de Artes Gráficas do Brasil, Rio de Janeiro, 1895. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte.



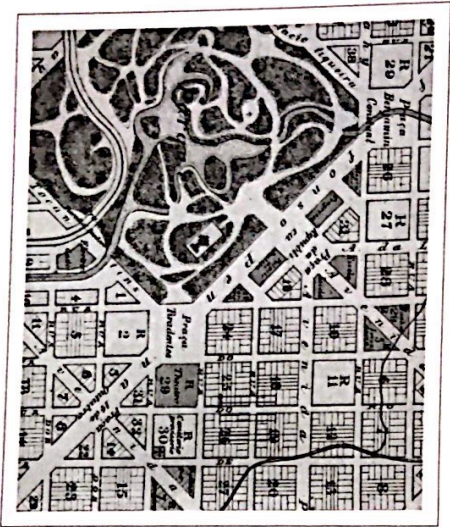
6. Belo Horizonte: vista panorâmica tomada do alto da rua da Bahia, por volta de 1910, tendo à esquerda o palacete do Conde de Santa Maria, um dos primeiros construídos na capital. *A apropriação dos terrenos, como a das imagens, na maior parte dos casos, é parcelar e submetida a ritmos temporais e históricos diferentes. Com efeito, a crítica de L. Reynaud às ruas retas não encontrou eco em Belo Horizonte.* "Deve-se evitar de prolongar as ruas retas e de cortá-las ou curvê-las além da conta [...] As ruas retas são geralmente rústicas, e possuem, sobretudo, o inconveniente de fazer a cidade parecer menor do que realmente é, porque não se pode ter a noção exata de suas dimensões. Elas atacam de modo inverso ao desejado: parecem curtas para quem as vê, longas para quem as percorre." Coleção particular.



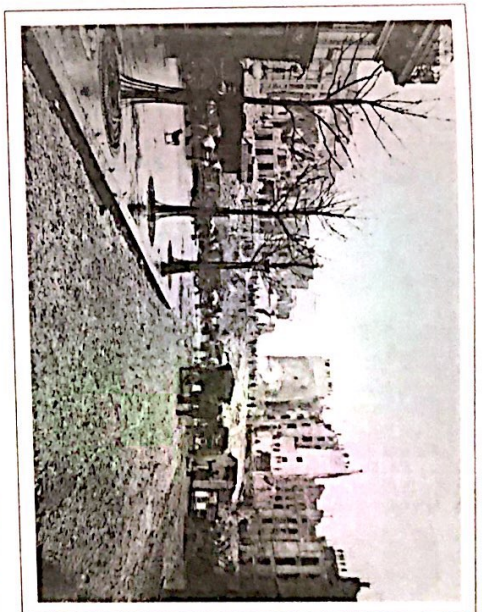
7. Belo Horizonte: avenida Afonso Pena em construção, com a arborização em alinhamento e, ao fundo, o edifício dos Correios. Coleção particular.



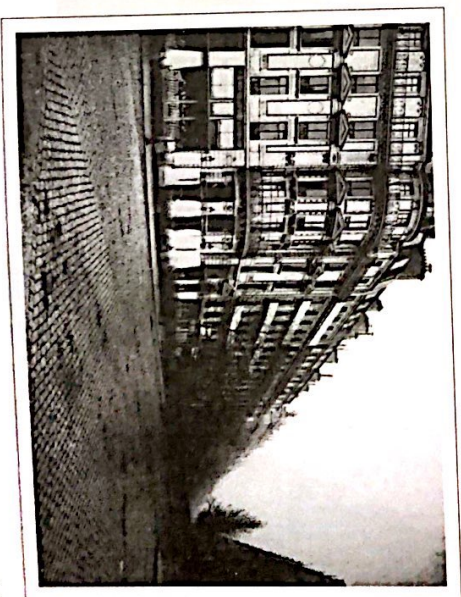
8. Belo Horizonte, 1908, vista da rua da Bahia com a avenida Afonso Pena. A nova capital de Minas é uma cidade à imagem do século XIX, a reflexão urbanística vai além da arquitetura, são previstos meios de transporte coletivos no traçado, árvores alinhadas pontuam vias retas, contribuíram a altura dos edifícios em nome da higiene. Coleção particular.



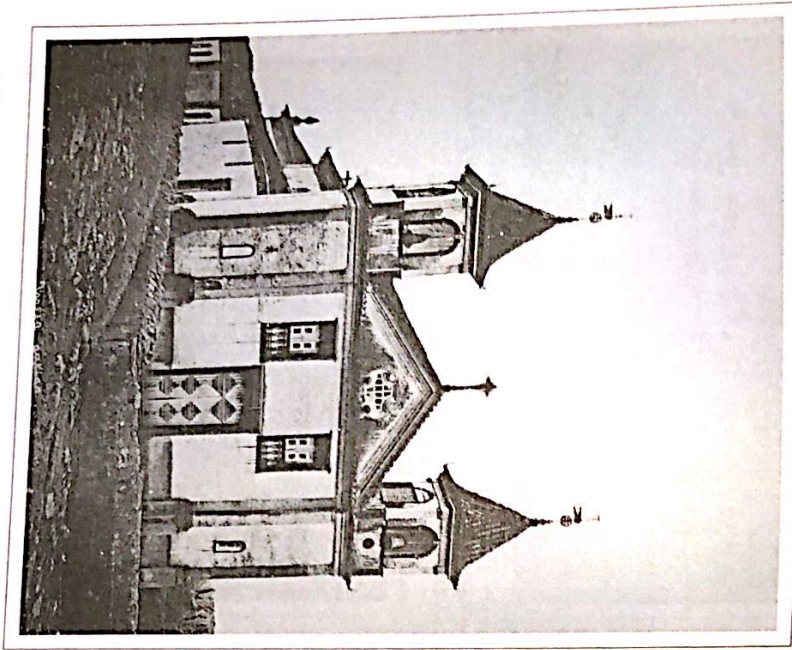
9. Detalhe da planta de Belo Horizonte, destacando-se o parque e a demarcação de praças, a localização de edifícios e equipamentos e a morfologia de lotes nas quadras. Foto: Rui César dos Santos.



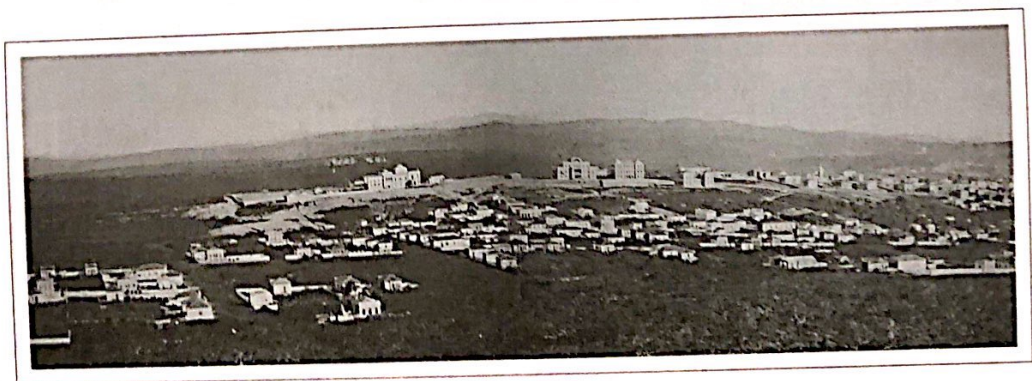
10. Charles Marville. Abertura da avenida do Ópera, Paris, 1877. Acervo Bibliothèque Historique de la Ville de Paris. Foto: D. Lebecc.



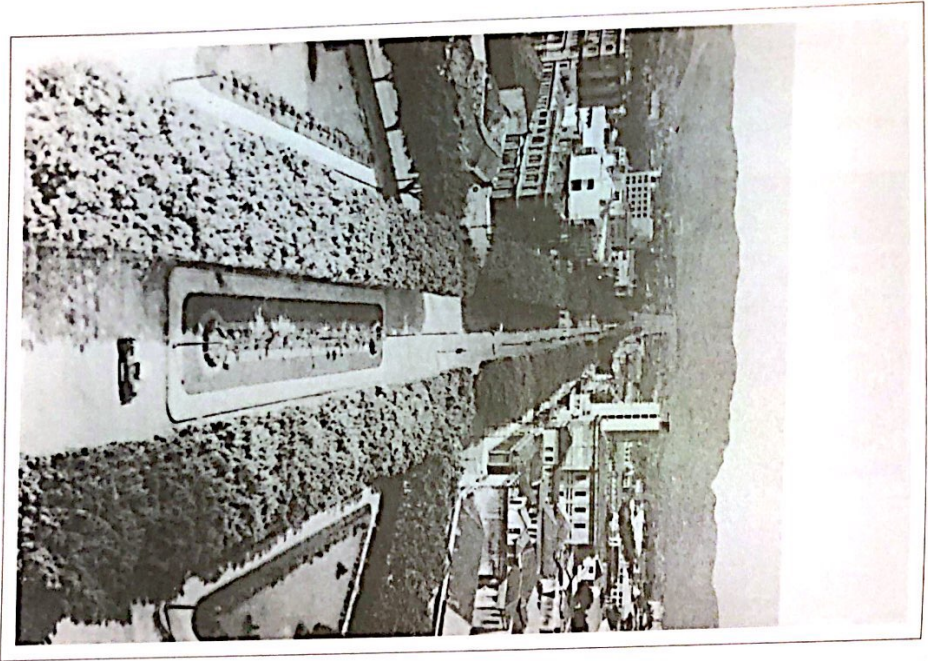
11. Charles Marville. Boulevard/Hausmann, Paris, 1877. Acervo Bibliothèque Historique de la ville de Paris. Foto: D. Lebecc.



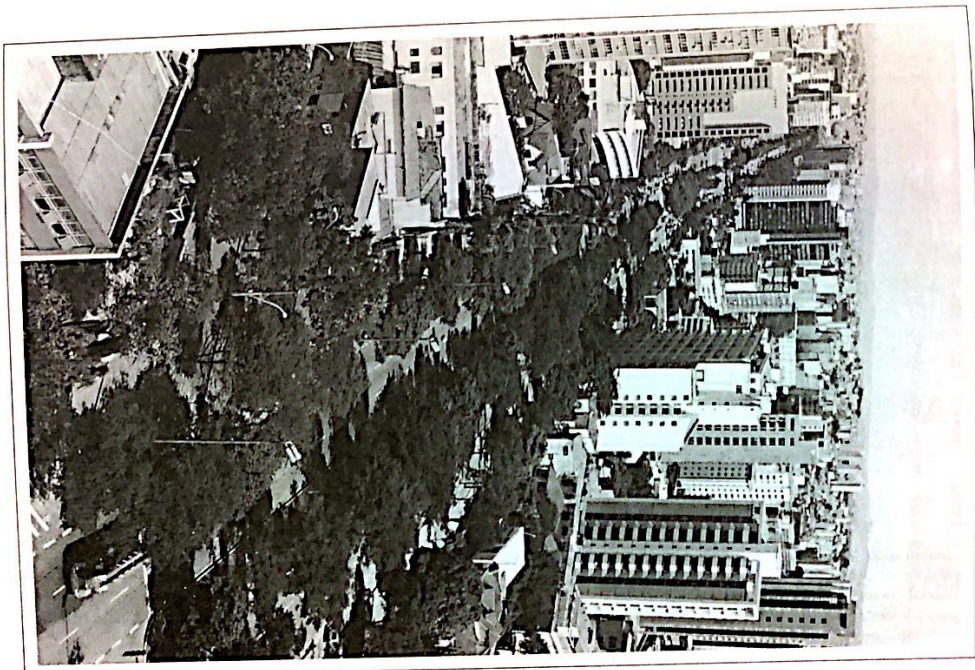
12. Igreja da Boa Virgem, em Belo Horizonte. Demolida e substituída por uma igreja neogótica, considerada mais apropriada em estilo e escala para a capital moderna. *Allison de Vries Lemos e das Outras*, *Propostas para a Edificação da Nova Cidade*, 1895. Museu Histórico Alípio Barreto, Belo Horizonte.



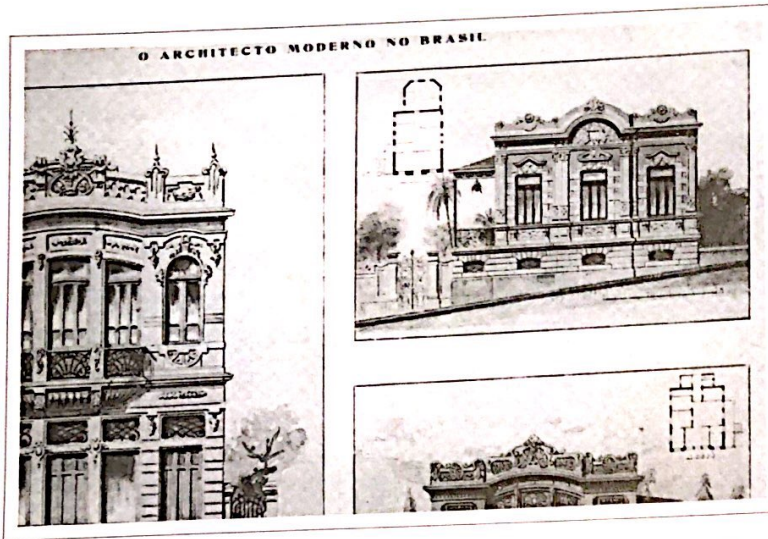
13. Belo Horizonte, vista geral por volta de 1900 (em evidência o "palácio presidencial" e as Secretarias de Estado). *Da pintura à fotografia, a cidade é um dos temas principais da representação panorâmica no século XIX*. Coleção particular.



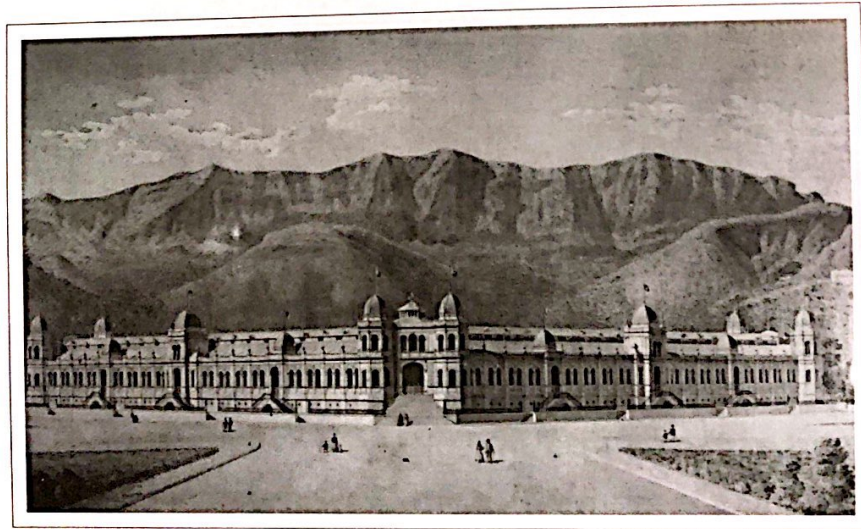
14. Belo Horizonte, vista da avenida Afonso Pena, nos anos de 1930. *Julio Arnaut (Enciclopédia d'Hygiene, que era uma das leituras dos membros da Comissão Constituinte, escreveu no final do século XIX: "sentia-se a necessidade de circular com rapidez, consequentemente em linha reta: time is money". Também as cidades buscam as formas geométricas, as ruas sem curvas, as interseções em ângulo reto".* Coleção particular.



15. Belo Horizonte, vista do alto da avenida Afonso Pena, em direção ao centro. *O espaço urbano transformou-se radicalmente em cem anos: a baixa densidade das casas cedeu lugar à congestão das edificações, invertendo a relação de escala entre a arquitetura e as ruas.* Foto da autora.



16. Projeto de casas, por Luiz Olivieri, detalhe de prancha do manual *O Architecto Moderno no Brasil*, editado em Turim, por volta de 1911. As inovações da arquitetura são muitas vezes determinadas pela difusão das imposições higienistas e não pelo "gosto estilístico": os porões arejados por seteiras, os áticos que escondem o telhado e as calbas, as varandas com entrada lateral compõem uma tipologia arquitetural típica das cidades brasileiras, entre as quais Belo Horizonte em, então, exemplar.



17. Projeto de um palácio de Exposição Permanente para Belo Horizonte em 1900. A simbólica das cidades capitais como centro e vitrine da produção regional está na base do ideário das exposições. A extensão horizontal do edifício onde se intercalam pavilhões vem dos modelos franceses da segunda metade do século XIX. Quanto à paisagem acidentada da cidade nova, ela pode ter origem nos textos de referência de Aarão Reis: "O que lamentamos nas verdadeiras cidades de planícies é a monotonia, ou melhor, a ausência de horizontes. Parece que, neste caso, somente a estética é levada em conta. Mas já dissemos inúmeras vezes que a higiene deve também associar-se à estética. O grande panorama urbano pede um pano de fundo, uma moldura". Jules Arnaud, *L'Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine Publique*. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte.